

A CRÔNICA FEMININA MATO-GROSSENSE NA REVISTA A VIOLETA

Laís Dias Souza da Costa*

A palavra paradoxo é utilizada pela historiadora norte-americana Joan Scott (2002) para caracterizar a atuação política de algumas mulheres, inseridas na história do feminismo, que interferiram ou desafiaram os discursos hegemônicos e as ordens sociais, culturais e econômicas estabelecidas nas sociedades ocidentais. Scott emprega o termo paradoxo “para significar uma opinião que desafia o que é predominantemente ortodoxo, que é contrária à tradição (literalmente: transgride a doxa). O paradoxo marca a sua posição de enfrentamento à tradição, acentuando as diferenças entre ambos” (Scott, 2002, p. 28). Essa atitude estaria ligada principalmente às “práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade” (Scott, 2002, p. 29), expondo, assim, as contradições ao considerar o sujeito universal sendo do sexo masculino.

A designação dos seres humanos do sexo masculino como absolutos na sociedade (Beauvoir, 1970) receberam subsídios da igreja, da ciência, da história e mais recentemente dos meios de comunicação de massa, que contribuíram para a construção da identidade feminina como complementar ao homem, e as mulheres receberam algumas denominações, entre elas, a de segundo sexo e sexo frágil, sempre levando em consideração a diferenciação biológica. “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (Beauvoir, 1970, p. 10).

No caso da ciência, a divisão de homens e mulheres em categorias estanques e contrárias foi justificada utilizando-se argumentos baseados em aspectos biológicos, principalmente relacionados às diferenças anatômicas dos corpos.

A diferença *biológica* entre os *sexos*, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2011, p. 20).

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2011), “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (Bourdieu, 2011, p. 17), e complementa dizendo que a divisão entre os

* Jornalista e mestrandia no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: laisdscosta@gmail.com

sexos é socialmente construída e naturalizada “e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimização” (Bourdieu, 2011, p. 17).

Ainda sobre essa “naturalização”, o sociólogo francês Edgar Morin (2006) afirma que “a mulher jamais foi definida sociologicamente. A infraestrutura do caráter feminino é atribuída à biologia: fêmea, está destinada à reprodução; mamífera, está destinada a cuidar dos filhos; primata, está subordinada ao seu macho” (Morin, 2006, p. 156). Essas funções, de acordo com Morin (2006), são determinadas “pré-sociologicamente e a sociedade apenas faz variar os atributos e o modo de ser com que ela marca o mundo” (Morin, 2006, p. 156).

Mas como são construídas essas diferenciações? De que modo elas condicionam a existência das mulheres? É possível considerar a categoria “mulher” homogênea? Houve consenso por parte das mulheres, em relação ao seu “papel” na sociedade? Com a finalidade de responder essas - e muitas outras - questões sobre “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1995, p. 72) que as feministas americanas iniciaram os estudos de “gênero”, na segunda metade do século XX. Para a historiadora June Hahner (1981), a “[...] relação dos sexos, como a de classe e a da raça, é antes social que naturalmente constituída, com desenvolvimento próprio, variando com as mudanças na organização e na estrutura social” (Hahner, 1981, p. 22).

Para Scott (1995), “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p. 88). Essa articulação do poder (ou dos poderes), na visão da historiadora, não é feita a partir de um consenso e nem de uma origem única, e sim de processos que se interconectam e podem ser explicados baseando-se no significado.

Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança (SCOTT, 1955, p. 86).

As relações de gênero podem ser consideradas como de forças e em alguns casos conflitantes, já que “gênero não representa sexo, mas sim, uma relação social, [...] é a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe. Assim, gênero não é uma condição natural, e sim, a representação de um indivíduo por meio de uma classe” (Rodrigues, 2005, p. 3).

Nessa perspectiva, adotada neste trabalho, a existência das mulheres deve ser problematizada, suas atividades em ambientes públicos e privados devem ser compreendidas,

levando-se em consideração suas escolhas em recusar ou não seu “papel” de mulher em suas diversas facetas. Se há recusa ou consenso, quais as implicações? E ainda, como as mulheres incorporaram ou não os discursos hegemônicos? Como divulgaram suas próprias causas, anseios? Utilizaram meios de comunicação?

Para Françoise Collin (2009), uma das alternativas para reverberar a complexidade da existência das mulheres foi o feminismo, que “introduziu não uma evolução, mas uma revolução na concepção da relação entre os sexos, revolução que não inclui um modelo factual ou ideológico prévio” (Collin, 2009, p. 61). Ainda sobre o feminismo, Hahner (1981) explica que ele “abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu *status* social, político ou econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade” (Hahner, 1981, p. 28).

No Brasil, um dos fatores que permitiram a visibilidade da mulher na sociedade, além dos limites familiares, foi a transformação do país em sede do império português, com a vinda da família real em 1808. A permanência da corte no Brasil, de acordo com a jornalista Dulcília Buitoni (1981), “passou a influir na vida da mulher no Rio de Janeiro, exigindo-lhes mais participação” (Buitoni, 1981). A “luta” pela ampliação dos seus papéis na sociedade teve início ainda na era Imperial mas os resultados reais foram obtidos no período republicano, como o acesso ao ensino superior, às atividades públicas e o direito ao voto. Com isso, apareceram características das mulheres do século XX, principalmente em relação à obtenção de direitos políticos e sociais. E ainda a publicação de artigos, contos, crônicas sob a visão feminina.

Entre as estratégias adotadas pelas brasileiras para publicizar a esfera íntima feminina (Carvalho, 1995) e ainda estabelecer atividades em espaços públicos, destinado “originalmente” aos homens, foi a inserção das mulheres nos veículos de comunicação de massa, principalmente em jornais e revistas em várias capitais e cidades de todas as regiões brasileiras. A presença das mulheres na imprensa, nas instituições educacionais e nos postos de trabalho representa a obtenção de novos espaços para o relacionamento pessoal e profissional, além de iniciar o rompimento de estereótipos relacionados à conduta feminina, a submissão, entre outros, alimentados pelas instituições patriarcais (família, igreja e escola).

Para Michèle Mattelart (1982), o caráter invisível do trabalho realizado em âmbito doméstico - considerado por Mattelart (1982) como o pilar da economia de apoio - e a desvalorização econômica são fatores decisivos para a representação e formação da imagem das mulheres, principalmente quando veiculadas nos meios de comunicação. Tal imagem das mulheres é transmitida associada a um conjunto de valores que atuam como instrumentos



ideológicos visando a explicação da “condição natural” da mulher: a de aceitação de seu *status* na sociedade que não deveria ser questionado e muito menos discutido publicamente. “Fazer de conta que as mulheres não existiam é um comportamento que ajudava a construir a história das mulheres como seres que não tinham identidade própria, reforçando a visão da mulher complemento do homem, Eva costela de Adão”, de acordo com a jornalista Alice Mitika Koshiyama (2001, p. 2).

Além dos espaços públicos e privados, a repetição e a eternidade são relacionadas à existência da mulher, que convive com ciclos aos quais retorna constantemente (Mattelart, 1982). No entanto, a imprensa e as organizações políticas e literárias femininas (e feministas) foram alternativas de interferências nestes ciclos porque eram destinadas a conscientizar e propor ações emancipadoras que contribuíssem com a obtenção e reconhecimento de direitos sociais e políticos destinados às mulheres.

A imprensa feminina (e feminista) como ideário moderno

Inicialmente atrelado ao movimento sufragista, as feministas brasileiras colocaram em pauta, ainda no século XIX, o voto como direito político inerente à nova condição política brasileira, de Estado republicano. Influenciadas principalmente pela atuação das americanas e de algumas feministas europeias, as brasileiras proclamaram

[...] sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres. Principalmente por meio de jornais editados por mulheres, agora esquecidos, surgidos nessa época nas cidades do centro-sul do Brasil, elas procuraram despertar outras mulheres para seu potencial de autoprogresso e para elevar seu nível de aspirações (HAHNER, 1981, p. 28).

A primeira revista brasileira voltada para a mulher surgiu em 1827, no Rio de Janeiro, mesmo ano em que foi editada uma lei que concedia o direito de alfabetização às mulheres. *O Espelho Diamantino* foi uma criação do *Jornal do Commercio*, era quinzenal e teve 14 números de circulação, e é considerado o primeiro periódico feminino brasileiro (Abreu, 2008). Já o primeiro periódico feminino editado e dirigido por uma mulher, *O Jornal das Senhoras*, surgiu no primeiro dia do mês de janeiro de 1852, no Rio de Janeiro, dirigido pela argentina radicada no Brasil Joana Paula Manso de Noronha. Após o periódico dirigido por Joana Paula surgiram outros jornais com as mesmas características em diversas capitais e cidades brasileiras, entre eles,



[...] *O Belo Sexo* (Rio de Janeiro, 1862); *O Sexo Feminino*, (fundado em Campanha, Minas Gerais, no ano de 1873 e transferido para o Rio em 1875); *Ècho das Damas* (Rio de Janeiro, 1885); *A Família* (fundado em São Paulo em 1889 e, após um ano, transferido para o Rio de Janeiro); *A mensageira* (São Paulo, 1897); *Revista Feminina* (fundado em São Paulo no ano de 1914, foi o primeiro periódico feminista de circulação nacional) e a revista *A Violeta* (Cuiabá, 1916) (ALMEIDA E BERNARDES, 1998).

O início das publicações femininas enfrentava dificuldades, e uma delas era a analfabetização das mulheres, o público alvo destes periódicos. Mas as redatoras e colaboradoras das revistas transformaram essa dificuldade em uma causa e defendiam o acesso e a disponibilização de escolas para mulheres.

Com características próprias, a imprensa feminina pode ser considerada como o veículo do ideário moderno (Carvalho, 1995) e se difere da imprensa tradicional por estar

[...] estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução.
Jornais e revistas femininos funcionam como termômetros dos costumes de época. Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada (BUITONI, 1990, p. 24).

O século XX foi um dos momentos fecundo para o surgimento de jornais e revistas. O crescimento das cidades, o início da industrialização e ainda a alfabetização de homens e mulheres foram um dos motivos. Outros aspectos importantes foram as mudanças que aconteceram no âmbito político, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, no Brasil, a adoção do sistema governamental republicano com objetivos de “ordem” e “progresso”. Mas o caráter progressista e positivista da República era criticado por movimentos sociais organizados, pois não buscava o desenvolvimento do país como nação moderna (Abreu, 2008).

Com o objetivo de propor novos horizontes e possibilidades de atuações, surgiram, a partir das primeiras décadas do século XX, movimentos nos campos políticos e culturais que se opunham as práticas estabelecidas nesta época. Entre os movimentos, destaca-se a Semana de Arte Moderna, em 1922, e no campo político, a criação de sindicatos influenciados pelo comunismo e anarquismo que resultou no Partido Comunista do Brasil (Abreu, 2008).

Neste período, conforme afirmam Almeida e Bernardes (1998) é notável “que as defesas feitas pelos jornais femininos e pelas feministas dessa época, no que concerne à emancipação da mulher, atrelam-se à promoção da mulher como mãe e educadora dos filhos, no seio da família e da sociedade” (s/p).



As mulheres exigiam maior participação na vida política, e, através de seus movimentos feministas, organizaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que teve a liderança de Bertha Luz. Entre as reivindicações do movimento feminino, estavam o direito ao voto e o acesso à educação (ABREU, 2008, p. 150).

E essas duas causas femininas, o direito ao voto e o acesso à educação, foram difundidas não só pelos movimentos feministas e imprensa das grandes cidades brasileiras, mas também por revistas femininas de locais distantes dos principais centros urbanizados do Brasil, como *A Violeta*, de Cuiabá, capital de Mato Grosso.

Cuyabá de onde se ouviu, se leu e se viu

O fim do período Imperial resultou em importantes mudanças para a Capital de Mato Grosso, entre elas, a modernização da cidade, influenciada pela reabertura da navegação pelo Rio Paraguai que resultou em outras transformações. De acordo com a historiadora Elizabeth Siqueira (2002): “Com ela, vieram as máquinas a vapor, a imprensa, o telégrafo, a locomotiva, o encanamento de água, a luz elétrica, enfim grande parte dos avanços que o mundo europeu já conhecia há mais de um século” (Siqueira, 2002, p. 126).

No início do século XX, levando em consideração a localização geográfica de Mato Grosso a 2017 km do Rio de Janeiro (então capital do Brasil) e a inexistência de rodovias interestaduais do Estado para outras regiões do País, a alternativa ainda era o transporte fluvial. Nos trajetos, os viajantes ficavam longas temporadas a bordo de barcos e navios para chegar à região sudeste. Para isso, como descreve Magalhães (2001), atravessam os países do Cone Sul.

O século XX encontra uma Cuiabá ainda isolada do resto do País. Para se chegar à Capital brasileira passava-se por três países estrangeiros (Paraguai, Argentina e Uruguai), e o percurso nunca demorava menos de três meses. A comunicação à distância era bastante incipiente, servindo-se Mato Grosso apenas de um telégrafo, que funcionava muito precariamente (MAGALHÃES, 2001, p. 37).

Ainda assim, pensar em Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX é imaginar um cenário predominantemente rural diferente em diversos aspectos de outras cidades brasileiras, como São Paulo, que já havia iniciado o processo de produção industrial que acarretou no aumento da população por conta da imigração de estrangeiros, principalmente europeus, para a capital paulista.

Nas primeiras décadas do período Republicano, Cuiabá era o espaço mais urbanizado e aos poucos foi se transformando em uma cidade moderna com a execução de obras

estruturais essenciais para o desenvolvimento, como a iluminação elétrica que, a partir de 1919, foi generalizada pelas residências da capital. As transformações faziam de Cuiabá uma cidade em modernização que viveu no início do século XX um dos períodos mais significativos de efervescência cultural e política de sua história.

Outro fator de poderosa influência na evolução cultural de Mato Grosso foi a imprensa.

[...] Raríssimas cidades, no Brasil, com uma população de 33.678 habitantes, como era a de Cuiabá dos idos de 1920, podem se orgulhar de ter tido tantos e tão bons jornais como os que nela circularam (PÓVOAS, 1982, p. 61).

Além de jornais, circularam, no início do século XX, revistas literárias originadas em grêmios literários, entre eles,

[...] o Grêmio Feminino “Júlia Lopes”, com sua simpática Revista “A Violeta”, que desde a fundação até o falecimento da brilhante escritora Maria Dimpina Lobo Duarte que a ela se dedicou de corpo e alma, circulou por longos anos, vindo desaparecer com a morte da ilustrada escritora. (MENDONÇA, 1970, p. 131).

A revista apresentada por Rubens de Mendonça (1970) surge em dezembro de 1916, nesse cenário de desenvolvimento cultural e estrutural por qual Cuiabá passava. Além de “simpática”, a revista *A Violeta*, órgão do Grêmio Literário “Júlia Lopes” foi um dos expoentes da organização feminina no Brasil que utilizou a mídia impressa para divulgação de conteúdos próprios e também de colaboradores nacionais e internacionais.

O Grêmio “Júlia Lopes” se diferenciava dos outros grêmios que surgiram no mesmo período por ser formado somente por mulheres. Participavam dele jovens normalistas e mulheres da sociedade mato-grossense letradas, sendo a maioria delas de famílias tradicionais que tinham em comum o apreço e o objetivo de “cultivar as letras femininas e patricias” (Nadaf, 1993). Além desse objetivo, as associadas ao “Júlia Lopes” se propuseram a desenvolver uma missão mais complexa: a de realizar o “engrandecimento da moral da nossa estremecida terra”(A *Violeta*, ano 17, nº 212, de 25 de dezembro de 1933).

Esse “engrandecimento” foi tema de vários artigos, crônicas e cartas publicadas na revista durante o tempo em que circulou, e estava atrelado não só a “moral”, e sim, a uma reflexão mais ampla sobre as relações sociais, a hierarquização dos indivíduos na sociedade e, principalmente, sobre a “questão feminina” que diz respeito a identidade e a redefinição do “papel” das mulheres no começo do século XX. A existência de uma “essência” feminina e a definição de funções e atividades destinadas às mulheres ainda aparecem em várias ocasiões

no discurso dessas mulheres e demonstram a complexidade da atuação feminina e feminista no início do século XX, especialmente.

No Brasil, a *Violeta*, em relação a periódicos femininos, é o segundo com maior circulação temporal (1916-1950), ficando atrás apenas do jornal *O Corymbo*, que surgiu na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, em 1883 e circulou até 1944. “Essa espantosa manutenção de circulação, dada a sua longevidade – que para nós vem caracterizar um modo de circulação de *A Violeta* - coloca nossa Revista como o único periódico que se manteve nesses termos na primeira metade do século em Mato Grosso” (Almeida, 2003, p.28).

A *Violeta* se dedicou a mulher mato-grossense, às cuiabanas, “falou quase todo o tempo a essa mulher e sobre ela”, de acordo com Yasmin Nadaf (1993). Mas não se limitou a divulgar somente os acontecimentos locais. A revista reverberava os pensamentos e reflexões que faziam parte do cotidiano, e ainda revelou

[...] o dúbio pensamento ideológico conservador e de progresso. Suas correspondências e o intercâmbio cultural, regional, nacional e com o estrangeiro, impresso em suas páginas e nos periódicos de outras localidades, testemunham-nos o alcance de suas palavras (NADAF, 1993, p. 20).

Do tipo almanaque ou gibi, *A Violeta* media “aproximadamente 15,5 x 22,5cm, com fachada que variou no decurso de sua existência: capas com ilustração, outras sem ilustração, umas com sumário, outras com publicidade e diagramações as mais diversificadas para cada exemplar” (Nadaf, 1993, p. 29).

Com duas colunas em cada página, a revista utilizou esta diagramação como padrão durante o período em que circulou (1916-1950) porque oferecia mobilidade para transformar as duas colunas em uma quando eram publicados poemas, por exemplo. Em toda a existência da revista houve grande alternância de colunas e seções. “Não houve rigor no estabelecimento de seções fixas em *A Violeta*. Somente a ‘Crônica’ que abre suas páginas, e o ‘Noticiário’, que as fecha, mantiveram-se permanentemente” (Nadaf, 1993, p. 32).

Estas duas seções eram responsáveis por duas funções importantes que caracterizam as revistas: textos opinativos que permitem a reflexão sobre assuntos atuais e muitas vezes complexos da atualidade, e a prestação de serviço que se configura ao informar aos leitores os acontecimentos culturais, sociais e políticos que acontecem nas cidades. A interação direta com os leitores acontecia por meio de publicação das cartas que recebiam.

Por ser uma revista literária, além de textos em prosa também eram publicados poemas que apareciam dispostos de maneira aleatória, mas sempre nas primeiras páginas após a “Crônica”.

Apesar da diversidade que se encontra ao ler as edições, desde cartas e poesias sobre relações amorosas até reivindicações de transporte fluvial e terrestre para o Estado de Mato Grosso, a revista cuiabana dialogava com os temas abordados em publicações nacionais com as mesmas características: pensada por mulheres e para mulheres.

A educação formal para as mulheres, os direitos políticos como o voto feminino e os direitos sociais tinham espaço garantido nas edições da revista. Estes assuntos eram pautados especialmente em várias edições pela colunista “Arinapi”, um dos pseudônimos utilizado por Maria Dimpina Lobo Duarte, colaboradora da revista durante toda a sua existência, que sinalizou a importância da educação formal para as mulheres como um dos requisitos para o desenvolvimento da nação.

A obtenção de direitos políticos e sociais e a inserção das mulheres mato-grossenses na imprensa podem ser considerados os principais fatores que motivaram o surgimento e a existência da revista *A Violetae* foi uma das revistas mais férteis e relevantes produzidas em Mato Grosso.

Fazeres e intenções na revista *A Violeta*

O nascimento de uma publicação jornalística ou literária segue uma linha editorial que diz respeito aos “valores” que orientam a divulgação de informações em diversos formatos nos veículos de comunicação. Compartilhando da definição de Manuel Chaparro (2007) de que o jornalismo “é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, *fazeres* combinados com *intenções*” (Chaparro, 2007, p. 33), nenhuma informação publicada é feita sem interferência e seleção, mas isso não implica dizer que tal publicação não tem credibilidade ou que os profissionais não agem dentro dos preceitos éticos e, sim, compreender que existe uma dimensão “humana” e subjetiva no fazer jornalístico. Além dos “valores” definidos pelas publicações, a questão econômica é indubitavelmente essencial para a autonomia editorial do veículo de comunicação (Noblat, 2008).

No caso da revista *A Violeta*, por exemplo, como a publicação era oriunda do Grêmio Literário “Júlia Lopes” as informações publicadas estavam alicerçadas nas atuações do Grêmio, e em seus “valores” e objetivos. A linha editorial não foi apresentada diretamente aos leitores, mas algumas orientações foram definidas no segundo artigo do Estatuto do Grêmio

Literário “Júlia Lopes”, que permitia a colaboração de “suas associadas ou qualquer escriptora desde que não trate de questões políticas, religiosas ou aumosidades particulares” (*A Violeta*, 1918, n. 30, p. 9).

Em vários momentos durante a existência d’*Violeta* as duas primeiras “questões”, a política e a religiosa, foram temas de artigos, crônicas, notas e notícias. Aparentemente contraditória, a publicação desses assuntos sempre esteve ligada ao “engrandecimento moral” e a assuntos considerados “cívicos, moraes e instructivos”, conforme o primeiro artigo do Estatuto.

A concepção de política pelas mato-grossenses estava relacionada nesse primeiro momento a atuação partidária, ao contrário do que afirma Hannah Arendt (2011) quando conceitua, em um sentido mais amplo, que a “política surge no intra-espço e se estabelece como relação” (Arendt, 2011, p. 23). Na interpretação de Claude Lefort (1991) sobre o conceito de política de Arendt, “apenas existe política lá onde se manifesta uma diferença entre um espço no qual os homens se reconhecem mutuamente como cidadãos” (Lefort, 1991, p. 67). Ser reconhecida como cidadã e obter direitos políticos e sociais para poder se auto-representar é uma reivindicação das feministas baseando-se no princípio da igualdade universal, mas, para isso, algumas feministas evocaram a “diferença”, já que o universal não representava as cidadãs.

As mulheres brasileiras e mato-grossenses declararam sua insatisfação com a “identidade feminina” que havia sido estabelecida, e reivindicaram “o direito à educação, ao trabalho e à participação no mundo público em igualdade de condições com os homens”, conforme explica a historiadora Margareth Rago (1995, p. 19). Seguindo os preceitos do liberalismo clássico, essas feministas definiram

a mulher como símbolo da regeneração moral, como lugar do Bem e do futuro promissor, as feministas liberais trabalhavam num alto nível de generalização, fazendo das mulheres da elite e das camadas médias, que podiam ter acesso à cultura e à política, as responsáveis exclusivas pelo reerguimento moral da sociedade (RAGO, 1995, p. 21)

As mulheres que faziam parte do Grêmio eram discípulas de duas representantes desse feminismo liberal - considerado mais moderado e menos subversivo do que as feministas anarquistas, por exemplo -, a escritora carioca Júlia Lopes de Almeida, que empresta o nome ao Grêmio, e a advogada Bertha Lutz. Apesar de nunca ter visitado Cuiabá, D. Júlia mantinha uma relação próxima com as mulheres que pertenciam ao Grêmio cuiabano, e acompanhava a publicação da revista *A Violeta*.



Na primeira das muitas cartas enviadas a revista, D. Júlia agradece a homenagem das mato-grossenses por terem batizado o grêmio literário com o seu o nome e por terem dedicado o primeiro exemplar da revista a ela. D. Júlia afirma ainda que a criação do Grêmio “é já por si uma prova bem evidente do valor moral e intelectual da mulher matogrossense, de cuja iniciativa e justo desejo de aperfeiçoamento espiritual é atestado expressivo” (*A Violeta*, nº 218, p. 5).

Considerada a primeira romancista brasileira, D. Júlia compartilhava “os valores da burguesia em ascensão. Sua obra ficcional está marcada pelo compromisso com a mulher classe média, educada, burguesa, idealista e ambiciosa por um espaço que a reconheça como cidadã e pessoa”, como descreve Nadilza Moreira (2003, p. 78). A escolha de Júlia Lopes de Almeida como madrinha do Grêmio foi definida após a leitura do “Livro das Noivas” por Maria Dimpina Lobo Duarte que propôs as outras integrantes do grêmio literário homenagear a escritora carioca.

E foi o influxo daquellas palavras impressionantes, que revelavam na mulher inteligente, a mãe dedicada e a esposa virtuosa e foi, ainda, pela grandeza d’alma demonstrada pela leitura de todos os capítulos dessa obra, que opinei pela escolha de seu nome, idéa que foi recebida com geraes aplausos (*A Violeta*, nº 218, p. 5).

Bertha Lutz não mantinha uma relação tão próxima e informal com as escritoras da revista como D. Júlia, e era tida, na verdade, como uma autoridade quando se falava em defesa dos direitos das mulheres nos âmbitos políticos, educacionais e sociais. Entendendo a relação de autoridade como definiu Hannah Arendt (2009), que é realizada por meio do consenso entre os sujeitos, de maneira voluntária e em várias direções, as mulheres mato-grossenses aderiram ao discurso proferido em várias ocasiões por Bertha Lutz, que fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Após 1922, Bertha Lutz definiu estratégias de atuação visando a obtenção dos direitos destinados as mulheres e a Federação foi o órgão responsável por colocá-las em prática. O primeiro objetivo realizado foi a instalação de filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em várias capitais e cidades brasileiras iniciando-se, assim, a expansão formal de uma organização que atuava politicamente e se inseria nos espaços públicos em busca de resultados formais, como o direito ao voto.

Neste artigo, duas crônicas de autoria das mato-grossenses são analisadas utilizando-se a análise de conteúdo como metodologia, a partir de dois temas eixos: feminismo e o voto feminino. Justifica-se a escolha do tema feminismo por ser o norteador das discussões

relacionadas à ampliação ou à obtenção de direitos civis e políticos, e entre esses direitos está o outro tema escolhido: o voto feminino.

As duas crônicas analisadas são assinadas por “Arinapi”, pseudônimo utilizado por Maria Dimpina Lobo Duarte, que participou da revista e do Grêmio assiduamente, e pode ser considerada uma das principais cronistas d’*Violeta*, assim como Maria de Arruda Müller. Essas mulheres incorporaram as principais características do gênero jornalístico crônica: registrar o circunstancial (Sá, 2006). De acordo com Jorge de Sá (2006), “a observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude” (p. 6).

A coluna “Crônica”, como o título sinaliza, destinava-se a registrar os acontecimentos cotidianos, “as cousas miúdas”, como diria Sidney Chalhoub (2005). Mas, ao contrário do que possa aparentar, as crônicas, na verdade, testemunham os principais acontecimentos da sociedade cuiabana e nos auxiliam a compreender as facetas que a “cousa graúda” - a História - pode ter.

Assim, na edição 126, de 1925, Bertha Lutz é o destaque da crônica por ter representado as mulheres brasileiras no Congresso americano, em Washington, em uma solenidade internacional.

Arinapi inicia o texto com uma citação sobre o evento veiculado no “Jornal da Noite”, da cidade de Santos, no mês de maio, e afirma que essa notícia sobre Bertha Lutz “não nos deve passar assim ao descaso, desapercibida. O facto de Bertha Lutz haver brilhado no Congresso de Washington nos orgulha, nos contenta, nos estimula” (*A Violeta*, número 126, p. 1, de 25 julho de 1925).

Apesar de se considerar uma “simples rabiscadora de uma modesta revista”, Arinapi reitera a figura exemplar e encorajadora de Bertha Lutz para as mulheres brasileiras, como uma das “lucidas intelligencias femininas”, já que naquele momento, início do século XX, as mulheres estavam “atravessando uma era em que as opiniões a respeito - até em que ponto a mulher deve saber ou o que deve ser - divergem, é sufficiente um exemplo dignificante de Bertha Lutz para nos encorajar” (Idem 126, p. 1, de julho de 1925).

Mas encorajar por quê? Para quê? Para Maria Dimpina a escolarização era primordial para as mulheres brasileiras, apesar da “grande variedade nos sentimentos moraes, psychicos e intellectuaes como os há no mundo physico. Quem negará que há homens que adoram a sua mulher pela pequenez de estatura que outros detestariam? Assim o intellecto!” (Idem 126, p. 1, de julho de 1925). A “escolha” das mulheres a partir de atributos físicos ou das “intelligencias lucidas” é atribuída aos homens mas, no caso das mulheres que

correspondem a características de intelectual, de acordo com Arinapi, “os maridos não serão menos felizes, ellas saberão muito tambem da vida domestica, serão virtuosas e cordatas” (Idem 126, p. 1, de julho de 1925).

A autora finaliza o texto dialogando com as meninas da sociedade cuiabana que irão desabrochar e conclama, a exemplo de Bertha Lutz, ao cultivo da “vossa intelligencia que nada tendes a perder, que tudo tendes a ganhar, quer o destino vos chame como a Bertha Lutz para representar a vossa cara Patria, quer sob aquelle tecto, que for o vosso tecto, tenhaes necessidade de ser a mestra dos vossos filhos” (Idem 126, p. 1, de julho de 1925).

Nesse primeiro texto fica evidente a relação entre as escritoras e leitoras da revista e Bertha Lutz, além de localizar as discussões da época na chamada “Primeira Onda” do feminismo, que compreende o fim do século XIX e o início do século XX, onde as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos, de acordo com a historiadora Joana Maria Pedro (2011).

Na edição número 202, da revista *A Violeta*, publicada em 25 de dezembro de 1932, “Arinapi” aborda na seção “Chronica”, o voto feminino, o feminismo e o projeto eleitoral brasileiro como alguns dos assuntos importantes do ano, em uma breve retrospectiva.

Arinapi afirma que

O direito que as nossas leis concedem às mulheres de votar, com os homens, quando devem ser escolhidos os detentores dos Poderes Públicos da União, é o caso de maior monta atualmente para ser tratado em um órgão como o nosso que durante dezesseis anos precisos vem trabalhando, sem esmorecimentos, por tudo quanto e concernente à família, à sociedade e à pátria, das quaes é a mulher mãe, esposa, irmã ou educadora a energia principal (*A Violeta*, número 202, p. 2, de 25 de dezembro de 1932).

Em relação ao feminismo, a autora declara não ser

[...] adepta intransigente de um feminismo amasculinado, que vive às tontas depois de gerado em cerebros inconscientes.

Como sempre as ideas que nascem encontram duas correntes antagonicas: uma, a daquelles que sabem que estão aptos para comprehendel-a; e a outra, a dos que, sem interpretal-as devidamente, pregam nas aos tortos e aos direitos, desvirtuadas e despidas de seus fins primordiaes.

E o feminismo não escapou, como as outras, dessas duas correntes antagonicas (Idem 202, p. 2, de 25 de dezembro de 1932).

Para a autora, uma das correntes do feminismo seria a “masculinização” das mulheres ao utilizar trajes, gestos e funções masculinas “e ainda mais tomar para si os direitos e deveres dos homens e deixar os seus, não sei porque e para quem...” (Idem 202, p. 2, de 25 de dezembro de 1932).

Arinapi considera este pensamento uma interpretação inadequada do feminismo já que a mulher passará a votar, mas não é por isso que os homens terão que fazer os “serviços” realizados pelas donas de casa. Esta associação entre a masculinização das mulheres com a luta por direitos políticos e sociais, de acordo com Arinapi, é um dos fatores que contribuem para a má compreensão do feminismo e suas causas.

E assim, leitores meus, daqui do recesso calmo do meu lar, onde me prendem os deveres tão agradáveis para mim de esposa e mãe, tive, ordenada pela lei que me fez eleitora, de tratar do voto feminino que tantas vezes combale, não porque me intimidasse a falta de competência para exercê-lo, mas pelas mesmas razões por mim acima allegadas e que se resumem em querer para a nossa Patria um eleitorado livre, são, consciente, para evitar que na escolha dos detentores dos Poderes Públicos sejam prejudicados os interesses nacionais.

Que as minhas patricias se eduquem para serem verdadeiras cidadãs e patriotas nas urnas e no lar, são meus votos.

Arinapi (Idem 202, p. 4, de 25 de dezembro de 1932).

A preocupação com o futuro do país é um tema recorrente nas edições da revista. E a compreensão deste aspecto pelas leitoras e agora detentoras do poder de escolher os seus representantes é sempre levado em consideração nos artigos, crônicas e textos informativos.

“O Brasil é uma república e os seus dirigentes devem ser escolhidos não pelas armas que eliminam seus filhos, mas nas urnas ao livre arbítrio do povo” (Idem 202, p. 3, de 25 de dezembro de 1932). A referência às armas neste trecho está ligada a “Revolução Constitucionalista de 1932”, que foi tema das edições número 199 e 200 da *Violeta* na seção “Chronica”. Nas duas edições, o voto feminino, os artigos do Estatuto da Legião Feminina e os desdobramentos da “Revolução de 1932” são os assuntos principais das primeiras páginas da revista.

A imprensa feminina e o descentramento da ordem naturalizada

A utilização dos meios de comunicação de massa pelas organizações femininas e feministas nas primeiras décadas do século XX, como o rádio, os jornais e revistas foi essencial para repercutir e sensibilizar a opinião pública e os cidadãos a respeito de suas causas. As redatoras e colaboradoras dos periódicos contribuíram para o nascimento do movimento feminino organizado que lutaram (e ainda lutam) por direitos civis e políticos no Brasil. As mulheres se inseriram nos espaços públicos e as mudanças eram perceptíveis em vários setores da sociedade brasileira, tanto na política com os ideais positivistas dos republicanos, como na economia com a introdução do processo industrial nos grandes centros urbanizados do país.



Coube aos periódicos femininos revelar aspectos da história das agremiações culturais e políticas; dos eventos sociais, religiosos, dos costumes e tradições das cidades; das campanhas que conclamavam voluntários para atender as instituições hospitalares; dos conflitos entre Estados e países vizinhos, das guerras mundiais; ou somente descrever a primeira viagem de avião entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além disso, os periódicos femininos estão inseridos na história do jornalismo brasileiro, e nos mostram os fazeres e interações em determinados períodos. Por fim, é perceptível a mudança de posição da mulher tanto na esfera privada como na pública e provocando o início, no caso do Brasil, do processo de “descentramento na ordem naturalizada das relações entre homens e mulheres. Essas oscilações se dão tanto no campo da produção de conhecimento, quanto na ordem simbólica” (Veloso, 2010, p. 1).

Se, de acordo com Simone de Beauvoir (1970), “o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens” (Beauvoir, 1970, p. 15), foi necessário contar a história, refazê-la, reinventá-la e, assim, reverberar as ideias de uma maneira diferente, ou de várias maneiras diferentes, como fizeram as mulheres brasileiras e mato-grossenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. Mulheres e imprensa: passado e presente. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart; Herschmann, Micael (Org.). *Comunicação e História*. Interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

ALMEIDA, Maria Inês Parolin. *A Nação em A Violeta: um roteiro de leitura*. Campinas: Unicamp, 2003.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira e BERNARDES, Elizabeth Lannes. *Subordinação e rebeldia: o papel da mulher na família nuclear moderna*. In: Revista de Educação Pública da UFMT: Volume 6, Nº 011, Jan/Jun-1998. Disponível em <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao_e_rebeldia_o_pael_da_mulher.html>. Acesso em 14 de agosto de 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Parte I Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

- CARVALHO, Kátia de. *A imprensa feminina no Rio de Janeiro, nos anos 20: um sistema de informação cultural*. In: *Ciência da Informação – Volume 24, número 1*, 1995.
- CHALLHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. In: Chalhoub, Sidney et al. (Org.). *História em cousas miúdas*. Capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 2007.
- COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In: Hirata, Hélène et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp. p.59-66. 2009.
- HAHNER, June E. *Mulheres brasileiras e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *A Construção da Cidadania da Mulher: Grupo de Pesquisa e Interdisciplinariedade*. In: Anais do XXIV Congresso Brasileira de Ciências da Comunicação da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares. Campo Grande, MS, 2001.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEFORT, Claude. *Pensando o Político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MATTELART, Michèle. *Mujeres e industrias culturales*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1982.
- MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da Literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicen Publicações, 2001.
- MENDONÇA, Rubens de. *Historia da literatura mato-grossense*. Goiania: Rio Bonito, 1970.
- MOREIRA, Nadilza. *A Condição Feminina Revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. Pernambuco: Editora UFPB, 2003.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: necrose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.
- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. In: *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.
- PÓVOAS, Lenine Campos. *Historia da Cultura matogrossense*. Cuiabá, 1982.
- RAGO, Margareth. *Adeus ao Feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil*. In: *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 12-43, 1995/1996.

RODRIGUES, Luciana Varga. *A representação da mulher na imprensa feminina*. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro - RJ. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0992-1.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2010.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. *Ideologia, mídia e mulher: o feminismo brasileiro, seus slogans, políticas e estratégias junto aos meios de comunicação*. In: Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, Caxias do Sul – RS [recurso eletrônico]: comunicação, cultura e juventude/ organizado por Marialva Carlos Barbosa, Maria do Carmo Silva Barbosa e Marli Vanti Gonçalves – São Paulo: Intercom 2010. CD-ROM.; il.; 4 ¾ pol.